

## NOTA SOBRE A RENÚNCIA DA REITORA DA UNIR

Não foi com surpresa que a comunidade acadêmica da UNIR foi informada que a reitora da UNIR, professora Marcele Regina Nogueira Pereira, renunciou ao mandato. Desde abril de 2023, ela estava afastada para tratamento de saúde. O que surpreendeu foi uma carta da professora Marcele dirigida à comunidade acadêmica dizendo que a renúncia ocorreu porque sofreu “assédio moral” com “práticas abusivas e ilegais”. Quem a assediou e o que se caracterizou como assédio?

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR-Seção Sindical do ANDES-SN) e o Diretório Central dos Estudantes, vem a público esclarecer e divulgar um breve balanço do que foi a gestão dessa reitora e seus resultados para a comunidade acadêmica.

A professora Marcele se elegeu mediante uma proposta de gestão construída coletivamente, mas negou esse projeto ao se aliar aos parlamentares bolsonaristas para garantir sua posse. Abandonou o programa construído pela comunidade acadêmica e preferiu trilhar os caminhos propostos pela extrema direita, nomeando pró-reitores bolsonaristas, que até agora fazem parte da gestão.

Quando assumiu a reitoria, a professora Marcele tinha conhecimento de um grave erro de interpretação da Nota Técnica, publicada pelo Ministério do Planejamento acerca das progressões funcionais docentes (NT 2.556/MP/2018), pelo Pró-reitor de administração, ao final da gestão anterior. Mesmo ciente deste grave problema, ao tomar posse, manteve o Pró-reitor no cargo, porque era de interesse de seu novo grupo político, e seguiu cometendo e aprofundando tais erros em relação às progressões dos professores. Esse Pró-reitor, algum tempo depois, foi substituído por outros bolsonaristas que assumiram o cargo e continuaram intensificando ainda mais a retirada de direitos adquiridos pelos docentes. Ancorados também numa Instrução Normativa (IN 066-MP/2022), seguiram cometendo deliberados crimes contra os direitos assegurados pela legislação nacional (Lei 12.772/2012) com uma interpretação absurda que resultou na anulação e alteração de interstícios de progressão dos professores, destruindo a carreira docente. Se anulou até interstícios de progressão anteriores à publicação das normas que diziam seguir.

Ao invés de progredir, muitos docentes foram regredidos na carreira e tiveram seus salários diminuídos quase pela metade. Estão adoecidos, tiveram que retirar filhos de escolas, perderam suas casas financiadas porque não há como pagar mais as prestações. Muitos docentes doentes, com câncer e outras doenças, perderam planos de saúde, estando em condições difíceis para prosseguir o tratamento; outros envelhecidos e doentes precisando se aposentar, teriam de se aposentar com o salário diminuído com a “desprogressão” funcional. Foram mais de 300 professores prejudicados em suas progressões funcionais, quase metade da categoria. Deve-se esclarecer que muitos professores e professoras vêm sofrendo assédio, até porque o assédio se dá de uma autoridade para um subordinado e não vice-versa.

Quando começou esse processo criminoso contra os docentes, a categoria estava sem seu sindicato organizado, que foi retomado e reorganizado a partir de fevereiro de 2022. Com o reestabelecimento da ADUNIR, a luta pelas progressões deixou de ser uma luta individual e passou a ser uma luta coletiva. Buscamos a todo o momento o diálogo com a professora Marcele que se encastelou numa posição reacionária, juntamente com os bolsonaristas de sua gestão, dizendo que a UNIR era a única universidade que estava aplicando a lei corretamente. Na análise do ANDES-Sindicato Nacional, a UNIR estava servindo de laboratório para a retirada do direito às progressões, que podem ser solicitadas a qualquer tempo, sem prejuízo na carreira. Em nenhuma universidade do país se anulou progressões, apenas na UNIR. Essa foi uma interpretação errônea que guiou todo o mandato da professora Marcele, que foi pressionada a cumprir a lei. O ANDES-SN enviou-lhe um parecer jurídico consistente para assegurá-la de que os docentes tinham direitos às progressões acumuladas e que ela deveria agir como os demais reitores e reitoras das universidades Federais. Da mesma forma, o Conselho Superior de Administração (CONSAD) orientou para o cumprimento da Lei 12.772/2012 e da legislação interna da UNIR e para a revisão imediata das progressões dos docentes.

A Reitora Marcele não ouviu os docentes, não ouviu o Conselho Superior. Centenas de docentes se manifestaram e exigiram seus direitos nos últimos dois anos. Não conseguindo avançar

no diálogo com a professora Marcele, a ADUNIR recorreu à Advocacia Geral da União-AGU, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, apresentando um dossiê de denúncias contra as práticas ilegais da reitoria da UNIR em relação à retirada do direito às progressões, citando caso a caso das anulações e alterações de interstícios de progressões, inclusive sobre improbidades administrativas como tratamento não isonômico, falta de transparência nos processos de licitação etc., que já haviam sido denunciados no Ministério Público Federal.

Esses órgãos se manifestaram em favor dos direitos dos docentes, afirmando que a gestão da UNIR estava errada, sendo a única do país a agir dessa maneira (o que foi reconhecido pela própria reitoria, publicamente, em março de 2023) e deveria consertar seus erros, revisando as progressões. Dois documentos da AGU foram remetidos à UNIR, orientando para a revisão imediata das progressões docentes reposicionando-os na carreira. O processo de revisão das progressões foi iniciado vagarosamente nesse mês de outubro sob o acompanhamento de uma comissão indicada pela ADUNIR e nomeada pelo reitor em exercício, que possibilitou um incipiente diálogo com a categoria, após o afastamento da reitoria para tratamento de saúde.

A reitora Marcele deve responder por improbidade administrativa e irá responder em dezenas de processos impetrados por docentes, por danos morais e materiais.

O Diretório Central dos Estudantes da UNIR em face dos recentes acontecimentos e dos argumentos da reitoria ao renunciar, aponta que, desde o ano em que a professora Marcele tomou posse, os estudantes pressionam por colocar em prática suas promessas de campanha, dentre as quais se destacam: 1- Colocar os nossos Restaurantes Universitários para funcionar; 2- Melhorar a infraestrutura dos cursos de nossa instituição; 3- Instituir a casa do estudante indígena (demanda histórica dos estudantes de Ji-Paraná); 4- Ampliação da rede de apoio psicossocial na Universidade. E agora mesmo antes de sua renúncia nenhuma dessas propostas foram executadas.

A construção do restaurante Universitário foi uma conquista dos estudantes na greve de 2011. Quando a professora Marcele assumiu a reitoria, estava quase pronto, depois de anos de construção, faltando apenas equipar e colocar para funcionar, o que não ocorreu até o momento, apesar de toda pressão realizada pelos estudantes. A Proposta da reitoria de implementação de um R.U é de servir a alimentação mais cara do país: Café da manhã, almoço e jantar a quase 20 reais por dia para estudantes de baixa renda (perfil PNAES) e valor integral mais caro que as cantinas privadas para os estudantes da pós-graduação. É esse o legado da professora Marcele para os estudantes da UNIR.

O papel do DCE é lutar pelos direitos dos estudantes. Foram diversas lutas ao longo dessa gestão: pelo funcionamento do restaurante universitário, contra a aplicação da BNC-Formação na UNIR, contra o assédio moral e sexual que assola a universidade, em defesa de melhores condições de infraestrutura das salas de aula, de transporte, de permanência etc.

A professora Marcele se elegeu com uma pauta de inclusão, entretanto, passou todo seu mandato negando a inclusão dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e pessoas trans. As organizações, associações e movimentos sociais a pressionaram por uma política de ações afirmativas e não tendo resposta, se organizaram junto ao Conselho Superior e participaram ativamente na construção de uma proposta de resolução para instituir novas formas de ingresso na UNIR, prevendo 10% de reservas de vagas para indígenas, quilombolas, camponeses e pessoas trans e bonificação estadual para estudantes de escolas públicas e, ainda, estabelecimento de formas de controle do acesso por meio de bancas de heteroindentificação e verificação de autodeclaração, a fim de que os pardos, negros e indígenas possam ter de fato acesso às vagas pela Lei de Cotas, assim como o público a ser beneficiado com a reserva de vagas. Foi uma luta intensa por mais de dois anos nos conselhos superiores, com muita pressão, especialmente, dos indígenas, que realizaram duas combativas manifestações na reitoria, já que a gestão bolsonarista da professora Marcele se posicionava contrária a essa política de ações afirmativas. A reitoria fez dezenas de emendas, negando direitos importantes que estavam contidos na Resolução, inclusive uma delas dispõe que a resolução só será plenamente executada em 2025, ou seja, ao final da gestão de Marcele Pereira, caso não tivesse renunciado. Por fim, foi aprovada pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) e publicada, mas não na íntegra como foi proposta (Resolução nº 577, de 29 de setembro de 2023). Essa resolução que dispõe sobre a política de ingresso e ações afirmativas não foi uma política da reitoria da UNIR, foi uma luta e uma conquista de diversas entidades e movimentos e dos professores comprometidos com a inclusão dos sujeitos que historicamente foram excluídos do

ensino superior. Como uma mulher que se elege com uma pauta de inclusão impede políticas que beneficia os negros, indígenas, camponeses, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas trans? Essa é a gestão de Marcele Pereira, que não se acaba aqui, com sua renúncia, mas com a posse de novo reitor (a) eleito (a).

A professora Marcele entregou a gestão da UNIR aos políticos da extrema direita e fez uma das piores gestões que a UNIR já conheceu. A UNIR se encontra em péssimas condições de estudo e trabalho, enquanto se anuncia milhões de emendas parlamentares que não se vê concretamente. Os técnicos da UNIR, assim como os professores, reclamam as condições de trabalho e o assédio que sofrem diuturnamente pela gestão atual da UNIR. Pior que acusar a comunidade acadêmica de assédio, sem nominar, é mentir, como sempre fez. Até na carta de despedida mente sobre seus feitos. Deveria ter a dignidade, nesse ato de despedida materializado em sua carta, de pedir desculpas à comunidade acadêmica, às centenas de colegas que ela prejudicou, muitos doentes como ou mais que ela. A reitora Marcele que nos orgulhou ao ser eleita, por ser uma mulher preta, comprometida com uma universidade democrática e inclusiva, se esvaiu na fumaça do bolsonarismo, jogando a UNIR no gueto dos obscurantistas e reacionários de todos os matizes, fechando as portas da reitoria à comunidade acadêmica e revelando sua verdadeira face autoritária. Não é difícil entender que esteja sofrendo, pois caiu no abismo, como dizia Cartola, “cavado com seus próprios pés”.

A ADUNIR por ser uma sessão sindical, tem o compromisso histórico como entidade de classe, lutar pelos direitos dos seus filiados e pela defesa de uma educação pública e socialmente referenciada. É de importância fundamental que haja uma Associação Docente presente e combativa na Universidade, pois, isto contribui com a administração superior nos rumos que devem ser tomados em busca de uma educação plural, democrática, ética e comprometida com a ciência e, portanto, com a vida. Esta contribuição se dá de diversas formas como, por exemplo, questionar, sempre, as decisões tomadas pela administração da universidade, em seus conselhos superiores, que venham de encontro aos direitos adquiridos pelos docentes.

A ADUNIR não apenas questionou como apresentou propostas de solução para as decisões errôneas que foram tomadas em detrimento dos direitos dos docentes já garantidos em lei, nos colocando à disposição para colaborar com a reitoria, na resolução dos problemas, mas, a contrapartida que recebíamos era de desleixo e descompromisso com a causa, desconsiderando os muitos males que afetavam diversos docentes em seus direitos mais básicos como os efeitos financeiros e acadêmicos oriundos da progressão funcional.

Para finalizar, deixamos claro que a ADUNIR e o DCE não questionam a pessoa, em si, mas, o/a responsável pela administração superior da UNIR por saber que, quem se candidata a um cargo dessa natureza está ciente de que será cobrado/a, naturalmente, pelos atos cometidos. Assim, repudiamos qualquer discurso que venha nos responsabilizar pelas consequências advindas de decisões erradas que foram tomadas pela reitora e por quem a orientava.

Nós, professores, estudantes e técnicos, seguiremos lutando pela nossa pauta imediata junto à gestão atual da UNIR:

- Queremos que a situação das desprogressões dos docentes seja revolvida de imediato, sem mais enrolação e que os responsáveis por essa prática ilegal, sejam punidos e não seja permitido afastamento do local de seu trabalho até que tudo seja devidamente esclarecido;
- Queremos que as diferenças salariais sejam repostas de imediato, mediante pagamento dos valores retroativos;
- Queremos o Restaurante Universitário funcionando no início desse próximo semestre letivo;
- Queremos condições dignas de trabalho e infraestrutura mínima de funcionamento para realização do trabalho técnico, de ensino, pesquisa e extensão.

Porto Velho-RO, 24 de outubro de 2023

**Diretoria da ADUNIR e do DCE**